

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG

ANA PAULA CAPELETTI GUSTMANN

STEPHANIE RECK BRUM FERREIRA

ALGUMAS PRELIMINARES NA EDUCAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO

CASCADEL - PR

2021

ANA PAULA CAPELETTI GUSTMANN

STEPHANIE RECK BRUM FERREIRA

ALGUMAS PRELIMINARES NA EDUCAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
para obtenção da aprovação e
formação no Curso de Pedagogia pelo
Centro Universitário FAG.

Professor (a) Orientador (a):

CASCADEL - PR

2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ANA PAULA CAPELETTI GUSTMANN
STEPHANIE RECK BRUM FERREIRA

ALGUMAS PRELIMINARES NA EDUCAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como requisito para a obtenção da
formação no Curso de Pedagogia do Centro Universitário FAG

BANCA EXAMINADORA

Profª Marilena Salvati

Orientadora

Profº José Vinicius Torrente

Banca avaliadora

Profª Margareth Nath

Banca avaliadora

ALGUMAS PRELIMINARES NA EDUCAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO

RESUMO: Este estudo preliminar apresenta um esboço das ações iniciais do Governo Jair Bolsonaro (2019-2022) em prol e refluxo para com a educação. Para tal, realizamos um recorte de pesquisa bibliográfica, pautada em fontes, sobretudo jornalísticas e de estudiosos da área política. Ademais, no decorrer do estudo denotamos a alternância de Ministros da Educação, ou seja, quatro até o momento. Na sequência, elencamos a percepção de tais Ministros em relação à educação, bem como o uníssono destes com o Presidente, caracterizando-se em um pensamento estreito e reducionista a respeito dessa área, além de um olhar preconceito para com as minorias deste país. No final, as ações e falas do Presidente para com os menosprezados deixa em evidência o reducionismo, como prática efetiva desse governo.

PALAVRAS-CHAVE: Governo; Educação; Desafios; Bolsonaro.

Abstract: This preliminary study presents the outline of the initial actions of the Jair Bolsonaro Government (2019-2022) towards education. To this end, we carried out a selection of bibliographical research, based on sources, mainly journalistic and scholars in the political area. Furthermore, during the study we denote the alternation of Ministers of Education, that is, four so far. Next, we list the perception of such Ministers in relation to education, as well as their unison with the President, characterized by a narrow and reductionist thinking about this area, in addition to a view of prejudice against minorities in this country. In the end, the actions and speeches of the President towards the despised reveal reductionism as an effective practice of this government.

Keywords: Government; Education; Challenges; Bolsonaro.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma análise preliminar sobre as políticas educacionais, bem como a percepção do Presidente Jair Bolsonaro em relação à educação, destacando o início da Gestão (2019-2022). Para tal escrita, organizamos o estudo, primeiramente, descrevendo os 4 ministros, até agora que assumiram o Ministério da Educação.

Desde Veléz ao Ministro Ribeiro atual, procuramos demonstrar a atuação e quão estreito é o pensamento e a percepção da Educação e Cultura por estes. Desse modo, convém ressaltar como a postura destes notabilizou-se por colocar na arena das disputas, um cenário de mais conflitos, polêmicas, do que provocar diálogos e soluções para esta pasta que já é conflituosa em sua natureza.

Com efeito, ao longo da escrita evidenciamos como o Presidente resistiu a troca dos Ministros - o que caracteriza seu alinhamento de ideias - ora defendendo uma educação cristã, em detrimento do laicismo posto na Constituição de 1988 e na Educação, haja vista que inúmeras defesas do Presidente como: escola sem partido, escolas militares, ideologia de gênero, dentre outras, são consideradas mais do que demasiadamente fundamental em seu discurso, impedindo, portanto, a construção de uma sociedade justa para todos e da família.

Assim, a pesquisa provoca uma reflexão a respeito do papel da educação para sociedade e do próprio círculo brasileiro, o qual deveria ser democrático para todos.

DESENVOLVIMENTO

Segundo o site do Governo Federal e a Revista *Fala Universidades*, nos dois anos e meio do governo Bolsonaro tivemos quatro Ministros da Educação. O 1º Ministro foi o filósofo **Ricardo Vélez**, que assumiu o gabinete no dia 1 de janeiro de 2019, permanecendo no cargo por três meses, deixando a pasta no dia 8 de abril do mesmo ano, após ser demitido pelo Presidente, que na época havia criticado sua gestão. Além disso, Ricardo Vélez se envolveu em diversas polêmicas durante seu tempo à frente do Ministério. Em fevereiro, o ex-ministro havia pedido aos diretores de escolas do Brasil para que filmassem seus alunos cantando o hino

nacional, recitando o lema de Bolsonaro em sua campanha: “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”. Assim, houve uma repercussão negativa, então Véléz pediu desculpas se retirou.

O 2º ministro foi Abraham Weintraub, que permaneceu à frente da pasta desde 9 de abril de 2019 até o dia 19 de junho de 2020. Na oportunidade, este teria abandonado seu cargo à frente do MEC, após receber um convite para ser diretor representante do Brasil no Banco Mundial, em Washington, EUA.

Desse modo, destaca-se que sua gestão também foi marcada por diversas polêmicas, dentre as quais, a última se deu poucos dias antes de deixar o Ministério da Educação, quando chamou os integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) de “vagabundos”.

De acordo com informações publicadas recentemente, Abraham Weintraub está sendo investigado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) por um suposto crime de racismo, além de um inquérito sobre Fake News.

Efetivamente, treze dias após a saída de Abraham, Jair Bolsonaro anunciou que o professor Carlos Decotelli assumiria o Ministério da Educação, elogiando-o por suas competências publicamente, através de suas redes sociais.

No entanto, Decotelli teve sua nomeação cancelada, em consequência da repercussão de que o professor teria infringido diversas informações em seu currículo. No anúncio feito por Bolsonaro, o presidente destacava as qualificações do nomeado que eram apenas inverdades descobertas em tempo.

Outrossim, o diretor da Universidade de Rosário, Franco Bartolacci, afirmou que Decotelli não havia concluído seu doutorado na faculdade, dizendo que sua tese havia sido reprovada. No dia 29 de junho de 2021, a Universidade de Wuppertal, na Alemanha, informou em nota que, Decotelli não fez Pós-Doutorado naquela Instituição.

Novamente, na manhã do dia 03/07/21, segundo o jornal “*O Estado de São Paulo*”, o Presidente havia anunciado o nome de Renato Feder, atual Secretário de Educação do Estado do Paraná para assumir o Ministério da Educação, fato que o tornaria o 4º Ministro da Educação do Brasil durante o governo Bolsonaro. Contudo, o empresário também não assumiu à frente do MEC, pois recusou-se.

Porventura, o nome de Renato Feder aparece no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como a 7ª maior quantia entre os doadores da campanha eleitoral de 2018, o qual destinou R\$12 milhões. Na época, ele ainda era proprietário da Empresa Multilaser.

Em 2019, o governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior (PSD), e o Secretário de Educação do estado, Renato Feder, foram intimados pelo Ministério Público do Paraná a responderem por tentativa de fraude no sistema educacional, ao maquiar o Índice do Desenvolvimento da Educação Básica do Paraná (IDEB).

Em consonância com o o site do Governo Federal, depois de quase um mês sem um Ministro da Educação e de diversas polêmicas em torno dos possíveis candidatos, o professor e pastor da Igreja Presbiteriana Milton Ribeiro foi nomeado no dia 10/07/21, pelo Presidente da República.

Milton Ribeiro é teólogo, advogado e ex-vice-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Porém, o MEC não informou quando seria sua cerimônia de posse.

Infelizmente, o pastor e professor já está envolvido em algumas polêmicas por falas propagadas em seu passado. Em 2018, Milton Riberio afirmou que as universidades incentivam sexo “sem limites” por meio do pensamento existencialista.

Segundo o site *Brasil de fato*, escrito por Teresa Leitão afirma-se que, um dos principais pensamentos do presidente Jair Bolsonaro (PSL) na educação, é a defesa da educação à distância, desde o ensino fundamental. Ele argumentou que esse tipo de metodologia pode ajudar a combater o "marxismo" nas escolas. Para Bolsonaro, o aluno poderia ir às escolas apenas para fazer provas e aulas práticas, a depender da disciplina.

Já para Cláudia Contin, professora Universitária e Gestora Pública, o Brasil já sofria antes da pandemia com o descaso na educação, e este veio a decair, consideravelmente, seus índices de qualidade nesse período. Ela afirma ainda que, o ensino só não está abandonado, em razão do esforço dos governos Municipais e Estaduais.

Nas palavras de Jair Bolsonaro "tem muito pai que prefere" alfabetizar seu filho em casa, mas não se posicionou especificamente sobre esse tema, cuja defesa do “*Homeschooling*” (ensino em casa) é uma das bandeiras deste governo. Ainda como parlamentar já defendia tal

ideia, em refutação ao movimento Escola sem Partido e repetiu que pretende usar um "lança chamas" no Ministério da Educação para tirar de lá as ideias de Paulo Freire, autor de teorias sobre o pensamento crítico nas escolas, e que equivocadamente, o Presidente o classifica como comunista, daí surge a ideia de “perigo” para este governante.

Desde que se tornou presidente, Bolsonaro mirou a educação exponencialmente. Logo, as primeiras ações ocorreram no início de seu governo, envolvendo cortes nos orçamentos das Universidades Públicas e as constantes ameaças para o não reajuste do piso salarial dos professores da Educação Básica.

A reação veio de imediato — o tsunami da educação — pois em maio de 2019 apareceram milhões de estudantes e trabalhadores nas ruas, no primeiro grande ato público contra o governo Bolsonaro.

Desde então, os quatro Ministros da Educação que já passaram pelo governo, cada um a seu modo, apresentam como base comum o desprezo pela educação como política estratégica de afirmação de direitos e construção de cidadania, demonstrando-se um iluminismo às avessas.

É bem verdade que o governo de Michel Temer, o que para muitos especialistas, só foi possível devido ao “golpe” sob o governo de Dilma Rousseff, acabou por abrir uma larga avenida para Bolsonaro passar, sobretudo, em relação à participação social nas instâncias consultivas e decisivas de Estado, como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Fórum Nacional de Educação. O primeiro não acolheu as indicações das entidades da sociedade civil, já formalizadas e o segundo foi desconfigurando totalmente, gerando como reação a criação do Fórum Popular de Educação.

Nesse contexto, ao MEC ofertou-se a missão de promover a disseminação ideológica do pensamento do governo, já explicitada na campanha eleitoral pelas Fake News, voltadas à ideologia de gênero, ao kit gay e da mamadeira erótica, os quais seriam usados nas escolas públicas, em caso de vitória do representante do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nota-se que essas teses absurdas, hoje estão mais sofisticadas, somando-se também uma política voraz de privatização da educação, através de plataformas digitais, cursos de formação e vouchers para Educação Infantil.

Consoante a isso, a defesa da Escola sem Partido, das Escolas Cívico-Militares e do recém aprovado Ensino Domiciliar, conhecido como homeschooling, são exemplos da fragmentação e do caráter ideologizante do MEC, no tocante as proposições da política educacional. A Escola sem Partido prega a neutralidade pedagógica, postura incompatível na construção do conhecimento. Ademais, por si só se tornou uma concepção de escola e assim se reconhece, toma posição e “toma partido”.

Evidentemente, as Escolas Cívico-Militares, as quais Bolsonaro quer implantar em todos os estados do país, em parceria com os municípios, são apresentadas como antídoto à violência urbana, formação para a disciplina e o bom comportamento dos jovens. Já o ensino domiciliar, que priva a criança do convívio social na escola, é defendido como direito individual das famílias, cabendo, segundo o MEC, às igrejas e outras instituições, promover a socialização das crianças.

Todavia, com o Plano Nacional de Educação engavetado, lei aprovada após ampla discussão com a sociedade, o MEC age de maneira centralizadora e autoritária.

Isso representa que, cada dia é um susto, um vexame, um absurdo! Nesse sentido, coube a este quarto Ministro da Educação, Milton Ribeiro, que agia calado, as últimas e desastrosas declarações, depois que resolveu manifestar-se.

Primeiramente, disse em uma entrevista que o governo não iria investir no Ensino Superior, pois a Universidade deveria ser para poucos, isto é, exatamente para os “filhinhos de papai” (palavras do próprio) que pagam impostos e que têm tempo de estudar, porque não precisam trabalhar. Entretanto, o MEC vai investir nos Institutos Federais de Educação, no ensino profissionalizante, intencionando formar mão de obra com os demais estudantes, ou seja, os pobres. Assim, volta-se à superada divisão social do trabalho: uns pensam e dominam, outros executam e são dominados.

Dias depois, o mesmo Ministro faz outra declaração discriminatória e cheia de preconceitos: “crianças com deficiência atrapalham o aprendizado das outras”. E, certamente, propõe a segregação dessas crianças, estimulando que frequentem escolas especializadas.

De acordo com as proposições do site o “*Brasil de fato*” de Pernambuco, a Educação é direito de todos e dever do Estado e as políticas de educação inclusiva, previstas em lei,

estabelecem a obrigatoriedade de acolher no ensino regular e promover condições de aprendizagem para as crianças com qualquer tipo de deficiência.

Por essa razão, todas essas medidas e declarações do governo Bolsonaro demonstram o desastre, pelo qual a educação está sendo tratada.

Nessa perspectiva, após mais uma intervenção desastrosa do atual Ministro da Educação na Câmara dos Deputados, dessa vez na Comissão de Educação, na qual ao invés de explicar sobre novas políticas e/ou incentivar as já existentes do Ministério da Educação e preferiu cercear a intervenção de estudantes, denominando-os “idiotas úteis” pelo Presidente, durante a mobilização convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), organizada no dia 15 de maio de 2021 contra os cortes na educação e a Reforma da Previdência. Na ocasião, o Ministro da Fazenda decidiu anunciar a recomposição de R\$ 1,5 bilhão do contingenciamento na pasta do MEC, cujo valor total foi de R\$ 7,4 bilhões.

A estratégia do governo em aliviar 20% os cortes na educação, além de insuficiente, não conseguiu desmobilizar os trabalhadores em educação, os estudantes e as comunidades escolares e universitárias, que estiveram engajadas no dia 30 de maio contra as desmedidas de Jair Bolsonaro e sua equipe na educação, e depois na Greve Geral da Classe Trabalhadora, ocorrida no dia 14 de junho.

Em suma, o dia 15 de maio foi decisivo para convocar a sociedade e cobrar do governo os investimentos necessários na educação, assim como para alertar os parlamentares sobre os perigos da reforma da Previdência.

CONCLUSÃO

A compreensão que tivemos nesse estudo discorre que a educação foi muito afetada, desde o início da atual Gestão do Presidente da República Jair Bolsonaro (2019-2022), primeiramente, pelas polêmicas envolvendo os Ministros da Educação, as quais claramente os mesmos apresentam um conhecimento sobre ela um tanto quanto equivocada, pela troca

continua dos administradores da pasta, se tornando alvo das atenções do povo, pelo fato deles ficarem poucos dias à frente do Ministério da Educação.

Como podemos refletir, o Presidente tem uma concepção muito ultrapassada da educação, haja vista que percebemos isso diante dos recuos em relação as verbas destinadas à educação, principalmente, mediante o seu pensamento focado em coisas pequenas, consideradas secundárias e esquecendo-se do mais importante, que é o ato de ensinar e aprender.

Diante dos fatos apresentados, fica visível o descaso com à Educação em nível Federal, infelizmente, não considerada como prioridade, pois de lá deveríamos receber apoio financeiro para oferecer ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Galeria de Ministros**. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros>. Acesso em 23/08/21.

CNTE, Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Recuo parcial do Governo Bolsonaro nos cortes da Educação é insuficiente e não desmobilizará os movimentos sociais**. Disponível em <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/71577-recuo-parcial-do-governo-bolsonaro-nos-cortes-da-educacao-e-insuficiente-e-nao-desmobilizara-os-movimentos-sociais>. Acesso em 10/09/21.

COSTIN, Claudia. Vivemos um retrocesso civilizatório. **Revista IstoÉ**. Disponível em <https://istoe.com.br/vivemos-um-retrocesso-civilizatorio/> Acesso em 20/10/21.

FALA UNIVERSIDADES. Entenda quem foram os Ministros da Educação do Governo Bolsonaro. **Revista Fala universidades**. Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/entenda-quem-foram-os-ministros-da-educacao-do-governo-bolsonaro/> Acesso em 22 de Agosto de 2021.

LEITÃO, Teresa. Educação sobre o ataque de Bolsonaro. **Site Brasil de Fato**. Disponível em <https://www.brasildefatope.com.br/2021/08/20/a-educacao-sob-ataque-no-governo-bolsonaro> Acesso em 05/09/21.